

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<i>Arícia Fernandes Correia</i>	5
INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1	
O FENÔMENO DAS NORMAS EXTRAESTATAIS E O DIREITO	21
1.1 A teoria de Ellickson	22
1.1.1 A hipótese geral de Ellickson	27
1.2 A perspectiva do pluralismo jurídico	31
1.2.1 Breve contextualização histórica do monismo jurídico.....	33
1.2.2 Disfunções e crises do monismo jurídico	36
1.2.3 O Pluralismo jurídico comunitário-participativo.....	40
1.2.4 O Direito alternativo.....	49
1.2.5 A perspectiva de Boaventura de Sousa Santos	52
1.3 As normas extralegais na perspectiva da teoria dos sistemas	80
1.3.1 A diferença sistema/ambiente	84
1.3.2 Complexidade, contingência e evolução na teoria dos sistemas	86
1.3.3 A autorreferência do sistema	89
1.3.4 A diferenciação funcional	91
1.3.5 Interpenetração e acoplamento estrutural	93
1.3.6 O sistema do Direito e sua evolução	95
1.3.6.1 O fechamento do sistema jurídico e seus códigos	98
1.3.6.2 O Direito e a estabilização das expectativas normativas ...	101
1.3.6.3 A abertura cognitiva do Direito e os programas condicionais	107
1.3.6.4 A reflexividade no sistema jurídico.....	114
1.3.6.5 A evolução do sistema do Direito	117
1.3.6.6 A justiça no Direito	124
1.3.6.7 Centro e periferia do sistema jurídico.....	127
1.3.6.8 Os acoplamentos estruturais ao Direito	131
1.3.6.9 Direito e economia. Propriedade e contrato.....	135

1.3.6.10 Direito e política. As leis e a Constituição	138
1.4 O pluralismo jurídico na visão sistêmica	143

Capítulo 2

OS PRINCÍPIOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA POSSE E DA PROPRIEDADE NA CIDADE	165
2.1 Os princípios na teoria dos sistemas	165
2.2 Função social da posse e da propriedade	176
2.2.1 A função social nas cidades	202
2.2.1.1 A evolução da cidade	202
2.2.1.2 O princípio da função social da cidade	210
2.2.1.3 As funções sociais da posse e da propriedade nas cidades	216
2.3 A insuficiência da abertura cognitiva por meio dos princípios da função social da posse e da propriedade	224

Capítulo 3

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	249
3.1 A transitoriedade permanente das ocupações informais.....	259
3.2 Os impactos da regularização fundiária na sociedade e os aspectos da formalização de propriedades	264
3.2.1 A teoria de Hernando de Soto.....	285
3.2.2 A formalização e a diminuição dos custos de transação.....	290
3.2.3 A lei nº 13.465/2017 e a mudança de lógica do marco regulatório da regularização fundiária	296
3.3 A regularização e o reconhecimento dos sistemas extralegais de propriedade	312
3.4 Críticas à política pública focada apenas na formalização e pesquisas empíricas sobre o tema.....	321
3.5 Direito à regularização fundiária plena	334
3.5.1 Titulação de propriedades: apenas um dos aspectos relevantes	338
3.5.2 A necessária atenção ao período pós-regularização.....	341
3.5.3 A necessidade de integração com uma política habitacional ampla	349
3.5.3.1 Mecanismos para uma política habitacional sustentável ...	356

CONCLUSÃO..... 365

REFERÊNCIAS..... 369